



O CONCEITO DE UNIVERSIDADE NA REFORMA DE 1968

SILVANA BOLLIS

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

RESUMO:

Busca-se neste trabalho analisar documentos oficiais, decretos, leis, relatórios que orientaram a política educacional impo meio da reforma do ensino superior de 1968, bem como, as produções bibliográficas relevantes para pensar a universidade que norteou os trabalhos dos grupos interessados na efetivação da modernização da universidade brasileira: o aspecto quantitativo ao qualitativo, ampliando o número de vagas e diminuindo a qualidade dos cursos. Para além da a reforma realiza a adequação das universidades ao modelo econômico que preconiza os interesses privados em prejuí valoriza o pragmatismo, o tecnicismo e o utilitarismo, menosprezando o cultivo e o exercício do pensamento, o adestramento e a conformação dos sujeitos à ideologia do consumo em detrimento da formação humanística.

INTRODUÇÃO:

Esta investigação busca compreender o conceito de universidade e, conseqüentemente, a ideia de formação Reforma universitária de 1968. Uma pesquisa histórica, realizada como estudo teórico fundamentado por meio bibliográfica e análise de documentos oficiais que nortearam a Reforma universitária de 1968. Buscou-se aporte teóri como: Luiz Antônio Cunha (1973, 2007), Marilena Chauí (2001), Anísio Teixeira (1956), Ildeu M. Coêlho (2011), Maria de Fávero (1991), José W. Germano (2011), José Paulo Netto (2014) e Antônio Joaquim Severino (2006).

Após cinquenta anos do golpe militar de 1964, entre os muitos documentos oficiais, uma densa bibliografia foi p os desdobramentos da temática do contexto econômico, social e educacional do período da ditadura, o que propicia a segundo Netto (2014, p. 20). “o conhecimento do conjunto dessa história está longe, muito longe, de ser socializado”, o pertinência de estudos sobre a ideia de universidade implícita nos documentos que orientaram a Reforma universitári contexto da ditadura militar, que orientou os rumos trilhados pela universidade brasileira a partir de um discurso c instituição formadora, considerada retrógrada e improdutiva e a partir do que, preconizou-se a necessidade de torn diminuindo os gastos e aumentando a produção, para isso, nada melhor do que organizá-la conforme os critérios admi grandes empresas capitalistas.

Na época atual em que a instabilidade das instituições e dos valores sociais, éticos, morais e humanos geram angústia

[...] é preciso manter viva e fecunda a interrogação sobre a natureza e o sentido da universidade, do trabalho investigação científica e filosófica, do ensino de graduação e de pós-graduação, da docência, da aula, que conferem a universidade como instituição social (Coêlho, 2008, p. 6).

A universidade na sua gênese é a instituição do pensamento e da criação do saber, das artes, da cultura, do trabalho in forma de elevação espiritual do homem. Pensar esta instituição significa pôr em questão concepções enraizadas, a reflexão buscando a ampliação do horizonte de compreensão para além do imediatismo, do tecnicismo e da superficial repensar o sentido da *práxis* educativa, girando o olhar para o verdadeiro *télos* da formação humana, assumindo-a de realizá-la da melhor forma possível, recriando-a como forma de vida ética e política.

O CONTEXTO HISTÓRICO DA DÉCADA DE 60

Para compreender a gênese da política educacional que orientou a Reforma Universitária de 1968 faz-se necessário: “uma série de medidas de política econômica que produziram intensa concentração da propriedade do capital, do mercado (CUNHA, 1973, p. 46).

A política desenvolvimentista fez com que a economia brasileira ingressasse em uma nova fase, a da substituição do consumo duráveis, além do desenvolvimento das indústrias de ferro, aço, petróleo, produtos químicos, papel, trouxe a grandes obras de infraestrutura. Todo esse progresso gerou um grande aumento das oportunidades de trabalho para níveis mais elevados de escolaridade, incluindo um aumento também nos cargos relativos à burocracia estatal.

Segundo Netto (2014) o Brasil dos anos 1960 tinha uma população rural em torno de 54%, portanto predominante, apenas as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro tinham mais de um milhão de habitantes e boa parte delas e das comunicações utilizavam-se das ferrovias, apesar de as rodovias terem se expandido consideravelmente, em função do crescimento econômico e industrial implementado na segunda metade dos anos 1950, por Juscelino Kubitschek, que conseguiu superar a renda do setor agrário no país, causando o êxodo rural e acelerando o processo de urbanização. O crescimento econômico operou-se com maior intensidade na região Sudeste, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Na entrada dos anos 1960, esgotou-se a fase expansiva da industrialização brasileira que se iniciara no imediato pós-guerra (inicialmente prolongando a substituição de importações) e chegou ao auge entre 1956 e 1961. [...] O papel do Estado no crescimento e como articulador da acumulação, que vinha dos anos 1930, foi absolutamente central neste processo (de criação do BNDES [...] e da *Petrobras*). Configurou-se claramente uma articulação econômica assentada numa espinha dorsal formada pelo Estado, o capital estrangeiro e o capital privado nacional — o segmento mais débil do tripé (NETTO, 2014, p. 41).

A década de 1960 caracteriza-se por uma crise “estrutural do capitalismo brasileiro que exigia uma reestruturação dos mecanismos e instituições necessárias a um novo padrão de acumulação” (NETTO, 2014, p. 41). Na tentativa de equacionar o conflito entre o presidente João Goulart, com ideário nacionalista, formulava as Reformas de Base, buscando honrar seus compromissos com os trabalhadores. Ao tender para a esquerda Jango incomoda os conservadores a ponto de conspirarem uma ação golpista pelas redes de comunicação, que disseminavam a retórica de um discurso moralista de direita, que acusava o governo de corrupção e subversão, divulgando que o governo estaria desacreditado pelo povo. Com a articulação da mídia, do IPES[iv] e a conspiração militar, “sob a liderança de Carlos Lacerda, criou-se uma atmosfera psicossocial de confronto e de caos” (NETTO, 2014, p. 41). Isso possibilitou a deposição do presidente Jango. Foi crucial para o golpe, “o ajuste pormenorizado” (NETTO, 2014, p. 41), o conhecimento de João Goulart, para a revigoração do acordo militar firmado em 1952 com os Estados Unidos da América, que possibilitava, em caso de uma guerra civil, a intervenção de tropas americanas no país. Esses fatores possibilitaram que se desse a clandestinidade, efetivando a derrubada do governo através do golpe de 1964.

O golpe do 1º de abril, solução imposta pela força, derrotando as forças democráticas, nacionais e populares, significava uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão das linhas de força que marcaram a formação brasileira (NETTO, 2014, p. 77).

A ditadura intensificou a dualidade entre o setor público e privado na educação, da mesma forma que acentuou a concentração do Estado-capital no plano econômico. “A educação foi submetida à simbiose Estado-capital” (CUNHA, 2014, p. 1) em níveis, mas neste trabalho nos deteremos ao que diz respeito ao ensino superior.

A CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE NA REFORMA UNIVERSITÁRIA

O quadro desenvolvimentista que caracteriza o contexto histórico da época que antecedeu a Reforma universitária produziu

um efeito que vai ser extremamente importante para a explicação das medidas de política educacional partir de 1968: o modelo de ascensão das camadas médias. Anteriormente, este passava pela constituição de capital através do investimento em pequenas empresas, reprodução do capital, nova poupança, etc. O alvo da ascensão social para as camadas médias era a abertura de um pequeno negócio ou o exercício de uma atividade profissional por conta própria. A partir dessa concentração de capital, renda e mercado, no entanto, os canais “tradicionais” de ascensão tornam-se cada vez mais

função disso, as alternativas de ascensão das camadas médias transferem-se para as hierarquias ocupacionais, que multiplicam, tanto no setor privado quanto no setor público da economia (CUNHA, 1973, p. 47).

A disputa acirrada por cargos e promoção no interior da hierarquia ocupacional gerou desde a década de 50, uma corrida de graus escolares cada vez mais elevados, ocasionando nos anos de 1960, grandes taxas de excedentes nas instituições superiores, ou seja, o número de inscritos superava muito o número de vagas oferecidas para entrar nas universidades. gerou uma grande insatisfação das camadas médias que haviam respaldado o golpe de 1964.

Cunha (1973) aponta duas razões para o Estado não promover a expansão das vagas no ensino superior a taxas mais altas: a primeira seria a própria função do Estado, que deveria funcionar como agente de concentração do capital, subsidiando e aumentando a taxa de lucro e o investimento no ensino superior poderia comprometer outros setores, ou serviços públicos precários e também trariam, em um curto período de tempo, de profissionais formados, o que demandaria por no trabalho, sendo que a massa de profissionais formados não seria facilmente empregável na iniciativa privada, o que aumentaria a tarefa de criar mais cargos na burocracia estatal, acarretando em aumento dos gastos públicos, em uma época em que o Brasil é um país em desenvolvimento. Apesar disso, os tecnocratas insistiam no discurso da falta de profissionais de nível superior no Brasil que, no entanto, “de manter vivo o sonho de dar um suporte às aspirações de ascensão social via escolarização-promoção burocrática” (CUNHA, 1973, p. 49).

A partir de 1968 até 1973, o governo militar decretou uma série de atos oficiais que delinearam a nova política educacional e pretendia assegurar “a função de concentrador de capital do Estado” (CUNHA, 1973, p. 49). Nesse contexto caracterizou-se o autoritarismo e consolidação de “reformas institucionais, inclusive no campo da educação” (GERMANO, 2011, p. 101). O governo Costa e Silva, em julho 1968, um Grupo de Trabalho destinado a elaborar a reforma universitária.

É surpreendente a intensidade e a organização do movimento estudantil na década de 60, com capacidade de atuar em âmbito nacional como também, tinha uma capacidade de elaboração de ideias sobre a universidade que as Cartas da B e do Paraná (1962) bem expressam” (CUNHA, 2007, p. 13).

A reforma universitária iniciou-se no Brasil, logo após “a explosão estudantil dos idos de 68” (CHAUÍ, 2001, p. 4) em questão o ideário liberal e autoritário, indo na direção de uma universidade crítica (‘rebelde’). Para Chauí (2001, p. 4) simplesmente de compreender como se realiza no Brasil um processo cujas linhas-mestras são mundiais”, e seguiria trilhado doze anos antes pelas universidades europeias, quando abriram suas portas às camadas populares, buscando adequação às exigências de funcionalidade, impostas pelo capitalismo.

A ideologia da igualdade educacional revelou seus limites reais, pois a partir do momento em que a maioria adquiriu a possibilidade de receber os estudos superiores, estes perderam sua função seletiva e se separaram de seu eterno corolário, isto é, a prática da seleção. [...] Isso implicou, em segundo lugar, a desvalorização dos diplomas, o aviltamento do trabalho e dos salários dos universitários e, finalmente, o puro e simples desemprego. Em terceiro lugar, e como consequência, a universidade se mostrou incapaz de cumprir sua função “uma cultura útil”(não fornecendo, na realidade, nem emprego nem prestígio), incapaz de funcionalidade, tornando-se um peso para o Estado, que passou a limitar-lhe recursos (CHAUÍ, 2001, p. 44).

Após 1964, a política educacional se desenvolveu por meio do “controle político e ideológico da educação escolar em vários níveis. [...] Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a ‘teoria do capital humano’, entre educação e desenvolvimento capitalista” (GERMANO, 2011, p. 105-106), o que significa dizer que as políticas públicas em geral e no que diz respeito à educação são consequência da dominação da classe burguesa, que no período em questão, teve o respaldo dos militares.

Embora a reforma do ensino superior fosse uma reivindicação de estudantes e professores, desde o início contraditoriamente, foi sob a repressão dos governos militares, seus atos institucionais, decretos-leis e a Constituição de 1964 propiciaram a extinção do regime de cátedras e a chamada “modernização” da organização das universidades. Muitos docentes cooptados pela ideologia desenvolvimentista dos militares e sua experiência em pesquisa favoreceu alianças tácitas com o poder de fomento, que ampliaram os recursos, principalmente para a pós-graduação, construção de novas edificações, e equipamentos laboratórios.

A repressão no período pós-64 atingiu fortemente os movimentos de cultura popular, centros de educação popular e grupos estudantis, sendo que suas lideranças sofreram perseguições, tendo sido acusados de subversivos e comunistas, muitos universitários foram aposentados compulsoriamente e destituídos de suas funções. Do mesmo modo, muitos artistas que tinham ideias contrárias à ideologia dos detentores do poder político foram presos, torturados e exilados, quando não mortos e desaparecidos. Muitos intelectuais foram presos, torturados e mortos pelos homens do DOPS — Departamento de Ordem Social, criado pelo governo militar.

Universidades foram objeto de intervenção militar. Foi o caso da Universidade de Brasília (UnB),

ocupada por tropas militares. [...] o reitor Anísio Teixeira — um dos principais educadores do país e inspirador do projeto UnB — foi destituído de suas funções. [...] Foram efetuadas prisões de professores e estudantes, instaurado um Inq Militar e o interventor demitiu, imediatamente, treze professores sem que qualquer acusação lhes fosse feita (GERM, 107).

A reforma foi implementada por meio de atos oficiais como o Ato Institucional nº 2 de 27 de outubro de 1965 que para que os militares possam emendar a Constituição Federal, sob a prerrogativa de que “a Revolução[vi] é um movimento de inspiração do povo brasileiro para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e um governo que são responsáveis pela corrupção e na subversão” (BRASIL, 1965, AI-2).

O decreto-lei 53 de 1966 e o decreto 252 de 1967 fixaram princípios e normas de reestruturação para as federais, como a organização por departamentos. A lei 5539/68 estabelece o Estatuto do Magistério Federal, instituindo a profissão docente mediante os regimes de trabalho em três modalidades, tempo de doze horas semanais, de vinte horas semanais e regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

A Reforma Universitária emanada do Grupo de Trabalho e expressa nas leis 5539/68, complementada pelos Decretos 465/69 e por outros decretos, não se limitou aos problemas de estrutura e organização interna da Universidade, mas procurou definir sua inserção na sociedade, sua relação com o Estado, fixando critérios de expansão e de seu financiamento.

O grupo de Trabalho não procedeu empiricamente, mas partiu de certos princípios e categorias que permitiram a concepção de universidade (SUCUPIRA, 1972, p. 47).

Este trabalho tem justamente o objetivo de compreender tal concepção de universidade que se constitui na ideia da reforma de 1968. O Relatório do Grupo de Trabalho tem a preocupação de justificar a não participação dos estudantes, não tivessem tido interesse em participar dos trabalhos do GT.

Inobstante os esforços empreendidos, não foi possível assegurar a participação dos estudantes. Por decisão tomada na sessão, o Senhor Ministro da Educação telegrafou aos Presidentes dos Diretórios Centrais de todas as Universidades apresentando listas de nomes a fim de que o Senhor Presidente da República escolhesse dois estudantes para cada forma prevista pelo Decreto que o criou. Infelizmente o apelo não teve a acolhida desejada (SUCUPIRA, 1972, p. 13).

Em vários pontos do relatório do grupo de trabalho aparecem observações sobre a falta de participação dos estudantes: a criação de uma atmosfera democrática, camuflando os efeitos do sistema autoritário e repressivo. A política educacional generalizada pela lei 5540/68, seguida de diversas normas legais buscou adaptar o sistema educacional aos interesses do poder econômico edificado, divulgando seu ideário, reprimindo seus opositores e reestruturando os meios de reprodução da força de trabalho, a conservação das relações de classes e a eliminação dos principais focos de dissensão.

O sentido das mudanças administrativo-pedagógicas da reforma, compreendendo a departamentalização, o ciclo básico de créditos, e outras medidas, era a diminuição do custo médio do estudante, permitindo a expansão das matrículas a custos menos que proporcionais (CUNHA, 1982, p. 10).

O grupo de trabalho que encaminhou a reforma apontava uma crise no cerne das estruturas da universidade, acusando-a de anacrônica e arcaica, justificando a necessidade de unificação do sistema nacional do ensino superior, visto que, diferentemente das universidades europeias, no nosso país, este nível de ensino, desde a sua gênese, foi oferecido por meio de uma rede de colégios, escolas, institutos e faculdades, o que não configurava um organismo universitário. Afirmava ainda, que a universidade brasileira não atendia mais às funções para as quais havia sido criada, ou seja, diante do progresso e do desenvolvimento econômico-industrial da nação, sua finalidade já não poderia mais ser a da antiga instituição “simplificada que oferecia carreiras liberais” (BRASIL, 1968, p. 23). A ineficiência e o arcaísmo de suas estruturas estariam entravando o desenvolvimento e a inovação. “A erupção da crise, a eclosão desta consciência, tornaram inadiável a busca de uma solução, a curto e longo prazo, para os problemas da universidade” (BRASIL, 1968, p. 22), esta era a função dos onze membros nomeados por decreto pelo governo Costa e Silva, modernizar a universidade racionalizando os recursos e reduzindo despesas, ou seja, operar conforme os preceitos da administração empresarial taylorista.

Pensada para solucionar os problemas da “crise estudantil” a reforma universitária foi articulada sob o respaldo do Decreto 26 de fevereiro de 1967, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, de caráter autoritário, com intuito de

movimento estudantil e qualquer espécie de associação dos docentes, visando a defesa da profissão, ou de qualquer outra contrária aos interesses dos detentores do poder político, sob a acusação de subversão, podendo ser suspensos os direitos de qualquer cidadão considerado infrator e subversivo.

As diretrizes da reforma foram orientadas pelos Relatórios Atcon e Meira Matos, o primeiro

preconizava a necessidade de encarar a educação como um fenômeno quantitativo que precisava ser resolvido com rendimento e mínima inversão, sendo o caminho adequado para tal fim a implantação de um sistema universitário baseado no administrativo das grandes empresas (CHAUÍ, 2001, p. 47).

O Relatório Atcon sugeria ainda, que os dirigentes do sistema educacional deveriam ser recrutados entre a classe empresarial sob sistema de administração gerencial desvinculada do corpo técnico-científico e docente” (CHAUÍ, 2001, p. 47).

Por sua vez o Relatório Meira Matos afirmava que a educação deveria servir de instrumento “de maior alcance para a consecução dos objetivos econômicos e sociais da Política de Desenvolvimento” (FÁVERO, 1991, p. 79). Chamando a atenção para a

função instrumental da Educação, [...] num evidente esforço de inculcar-lhe, em todos os níveis e ramos especializados, a objetividade prática. Desdobra-se esse conceito pragmático, em várias conotações instrumentais — instrumento de desenvolvimento, instrumento de progresso social e instrumento de expansão de oportunidades — , tudo convergindo para o de vincular a Educação aos imperativos do progresso técnico, econômico e social do país (FÁVERO, 1991, p. 79-80).

A comissão Meira Matos também enfatizava uma “crise de autoridade no sistema educacional”, acusando os preceitos da Lei 4024 de 1961, como inadequados à realidade brasileira.

A concepção de formação reducionista implícita nos preceitos da reforma universitária compreende a educação como um meio para atender o mercado de trabalho do sistema capitalista monopolista. Por essa lógica a educação é concebida como um produto, como outra qualquer, do mundo das coisas e dos objetos que podem ser comprados e vendidos e são viáveis, ou não, dentro da margem de lucro que geram.

Assim pensaram os especialistas que, a pedido do governo militar, traçaram as diretrizes da reforma do ensino superior em 1968, nesta perspectiva mercadológica, “a universidade se mostrou incapaz de produzir uma ‘cultura útil’, incapaz de formar, tornando-se um peso morto para o Estado, que passou a limitar-lhe recursos” (CHAUÍ, 2001, p. 44).

Dessa forma também pensam muitos dos que, ainda hoje, analisam a crise da universidade brasileira, aqueles que acreditam na organização administrada e, como tal, deve ser regida segundo normas da moderna administração empresarial, pela lógica do planejamento, previsão e controle de custos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reforma Universitária de 1968 representa o rompimento com a concepção de universidade como instituição de formação humanística,

uma comunidade de objetivos mais amplos que os do ensino e o da pesquisa, por os homens e mulheres que a compõem não apenas ensinar e aprender, investigar e descobrir, mas também viverem, num clima de fervor e devoção intelectual, a grandeza do espírito humano na conquista da terra e de si mesmo.

Comunidade, assim, é ou será a mais alta comunidade humana. [...] Na sociedade leiga e secular dos nossos dias a instituição humana é essa instituição em que se transmite e elabora o saber. O instrumento pelo qual o homem tende a superar o destino de animal razoável, se não racional (TEIXEIRA, 1956, p. 272).

No regime militar a universidade foi reformada para eliminar a possibilidade de contestação e de crítica e para suprimir as reivindicações de uma classe média que cobrava o seu preço por ter apoiado o golpe de 64 e, principalmente, para atender às exigências da divisão social do trabalho, fortalecendo o sistema econômico vigente e, conseqüentemente, perpetuando a dominação e as classes sociais.

Uma característica da Modernidade é confundir o amplo sentido do processo formativo de modo a reduzi-lo à instituição escolar. Ocorre a chamada escolarização formal. O que significa tomar a parte pelo todo, deslocando o foco da problematização para diversas instâncias educativas que compõem o tecido social e sem a articulação das demais instâncias formativas, fazer da educação como formação integral do homem se apresentar como tarefa impossível de ser realizada.

A consensual concepção que atribui aos processos escolares atuais os fins e os meios de toda a Educação atual

concepção articula a visão pragmática e utilitária predominante na ordem política e social do mundo moderno ao papel da educação escolar de preparar os educandos para o exercício da cidadania. Examina ainda- e recusa – a estreita relação atribuída ao cidadão aos indivíduos que se apossam dos conhecimentos e habilidades consideradas necessárias para que possam atuar como força eficiente nos setores produtivos. O texto reconhece que o acesso a conhecimentos e habilidades com o processo de formação humana, mas não deve ser confundido com a totalidade do processo.

A forma contemporânea da dominação assenta-se na separação radical, em todas as esferas da vida social, entre aqueles que dirigem e aqueles que executam funções. A dualidade da educação diz respeito à intenção de formar dirigentes e executantes e os que obedecem, senhores e servos.

Entendemos que a verdadeira formação perpassa o caminho da interrogação aberta da ética, supõe a busca constante pelo que os gregos chamavam excelência moral. À educação cabe desenvolver o indivíduo para a alteridade, o sair de si mesmo e não para o egoísmo narcísico. Formar significa girar o olhar, ampliando-o para abarcar o bem da humanidade. O espírito do público deve ser colocado na frente dos interesses particulares, ou corporativos.

A autoridade é um aspecto importante no processo de formação, assim como também, o processo de superação da autoridade ocorre pela construção da autonomia do sujeito, no exercício da sua liberdade, que só é possível por meio do trabalho imprescindível e do conhecimento dos processos de dominação para a possibilidade de resistir a ela. O pensamento é produzido no trabalho intelectual requer um tempo que lhe é próprio, aquele dedicado a leitura, ao estudo rigoroso e necessário para a formação, entendida como criação humana, exercício do pensamento, sem o qual é impossível a realização da autonomia humana.

O trabalho do pensamento de reflexão sobre as questões a que nos propomos neste estudo nos remete a afirmar a existência da objetividade que diz respeito ao grupo social com o qual convivemos e tudo o que desejamos enquanto subjetividade tem sua internalização das coisas, pela interação com o grupo social. Na perspectiva capitalista as nossas subjetividades são produzidas pelo indivíduo que convive com o outro, mas, constrói uma subjetividade privada, como se o individualismo fosse decorrência da formação e o trabalho da educação.

Ao falar sobre a significação valorativa implícita ao processo de inserção sociocultural dos sujeitos Severino (2006, p. 29)

A cultura, como conjunto de signos objetivados, só é apropriada mediante um intenso processo de subjetivação.

O existir histórico dos homens realiza-se objetivamente nas circunstâncias dadas pelo mundo material (a natureza física) e social (a sociedade e a cultura) como referências externas de sua vida. No entanto, essa condição objetiva de seu existir é intimamente articulada à vivência subjetiva, esfera constituída de diferentes e complexas expressões de suas sensibilidades, consciência, memória, imaginação.

Portanto reduzir a ideia de formação à mera instrumentalidade, ou racionalidade técnica, adequando os sujeitos ao mundo significa negar a natureza universal da educação, como afirma Coêlho (2011, p. 134):

Escola, universidade, faculdade e formação superior, entretanto, são realidades mais amplas, cujo sentido se realiza no livre cultivo do pensamento, da investigação, do ensino e da aprendizagem, na inserção rigorosa e crítica de jovens no universo das letras, das artes, da filosofia, das ciências e da tecnologia; na formação de estudantes e professores como sujeitos capazes de pensar e recriar as ideias e a prática em todas as áreas e dimensões e de contribuir para a humanização dos homens de todas as culturas, bem como de formar investigadores responsáveis pelo presente e o futuro da humanidade. É a essência dessa formação a defesa intransigente da liberdade e da igualdade, da sociedade justa e fraterna, da humanidade econômica, política, ideológica, nacional, religiosas e étnicas, na qual homens e mulheres de todas as épocas reconhecem como irmãos.

Os paradoxos da exploração do homem pelo homem que constitui o sistema econômico capitalista são camuflados nas “tramas” da educação, da cultura e da política. Entendemos que cabe à escola, em todos os seus níveis, o trabalho com os alunos o aprendizado das regras do trabalho intelectual e do pensamento (Coêlho, 2011), a disciplina de estudo pela leitura, o interesse pelos clássicos, enfim, promover a convivência — o viver com — o saber, elementos imprescindíveis do pensamento instituinte, capaz de criar o novo, transformar a realidade injusta e construir uma sociedade melhor para todos.

A reforma universitária, uma reivindicação de docentes e estudantes, que pressionavam pela ampliação das instituições públicas, desde o início da década de 60, realiza-se por meio de uma inversão do sentido e finalidade da educação (CHAUÍ, 2001) que, no contexto da forte repressão necessária à legitimação do poder dos militares, passa de instituição de organização administrada. “A universidade será reformada para erradicar a possibilidade de contestação interna e atender às demandas de ascensão e prestígio social de uma classe média que apoiara o golpe de 64 e reclamava sua

(CHAUÍ, 2001, p. 47-48).

Em sua natureza e razão de ser, a universidade constitui-se como instituição onde se realiza a iniciação dos jovens saber, na convivência entre professores e alunos, buscando o conhecimento, em um processo sempre inconclusivo, fazer-se, na interrogação constante das ideias, dos conceitos e das ações humanas.

O estudo rigoroso e crítico dos conceitos, das teorias, dos métodos de investigação, das epistemologias, da história da criação humana nas letras e nas artes é fundamental para a compreensão das obras de cultura, da preocupante desprezo dos jovens e da facilidade com que se entregam às ideologias, às ideias dominantes, aos esquemas prévios de interpretação dos acontecimentos, das ideias e dos textos, às versões, às interpretações que existem à revelia destes, ao mundo da sociedade do consumo (COELHO, 2011, p. 136).

Concebemos a formação como busca da autonomia para o exercício da deliberação, responsável e crítica, que leve a desvelarem as ocultações que perpetuam a dominação na nossa sociedade que se utiliza de máscaras para legitimar um direito, mas de fato inexistente. A universidade é por excelência a instituição formadora de seres humanos capazes de pôr em questão as ideias, os conceitos, as técnicas, as leis e as normas, enfim o sistema econômico, político, jurídico regem a sociedade instituída, no intuito de recriá-la com base no critério da justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Reforma Universitária: Relatório do Grupo de Trabalho criado pelo decreto n. 62937/68. Governo Costa e Silva. Janeiro: Gráfica do Colégio Pedro II, 1968.

BRASIL. Presidência da República. Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm Acesso em 05/01/2014.

BRASIL. Presidência da República. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm Acesso em: 05/01/2014.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COELHO, Ildeu M. Por uma outra formação no ensino superior. In: OLIVEIRA, João Ferreira de. (org.). *O campo universitário: políticas, ações e processos de reconfiguração*. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 129-142.

COELHO, Ildeu Moreira. A gênese da docência universitária. *Linhas Críticas*. Faculdade de Educação. UnB. Brasília, v. 14, n. 5-24, jan./jun. 2008.

_____. Glossário de termos gregos. Notas de aula, UFG, material digitalizado, 2009, 27 p.

CUNHA, Luiz Antônio. *O milagre brasileiro e a política educacional*. Argumento, ano 1, n. 2, nov. 1973.

_____. *Vestibular: a volta do pêndulo*. Em Aberto, Brasília, ano 1, n. 3. fev. 1982, p. 7-15.

CUNHA, Luiz Antônio. *O legado da ditadura para a educação brasileira: a simbiose Estado-capital*. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/cact/wp-content/uploads/2014/06/CUNHA-Luiz-Antonio-O-legado-da-ditadura-para-a-educacao.pdf> Acesso em: 05/01/2014.

_____. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007-a.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada*: Atcon e Meir Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira*. São Paulo: Cortez, 2014.

RODRIGUES, Neidson. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. *Revista Educação e Sociedade* Unicamp, v. 22, n. 76, out. 2001, p. 232-257.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Fundamentos Ético-Políticos da Educação no Brasil de Hoje. In: LIMA, Júlio César *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ/EPJSV, 2006, p. 289-320.

SUCUPIRA, Newton. *A condição atual da universidade e a reforma universitária brasileira*: I encontro de reitores das públicas. Ministério da Educação e Cultura: Brasília, Agosto 1972.

TEIXEIRA, Anísio S. *A educação e a crise brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

[1] Conforme Coêlho (2009, p. 19) “ato, atividade, ação cujos fins não se situam fora dela, mas nela mesma; supõe vo racional, opção refletida, pensada e, portanto, trata-se de uma ação racional”.

[1] Confome Coêlho (2009, p. 21) “fim, finalidade, termo, acabamento, realização, desenvolvimento pleno, formação a supremo”.

[1] Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, uma associação criada por homens de negócios, empresários e profissiona sucedidos, preocupados com as fortes críticas contra o capitalismo, tecidas pela esquerda e com as quais, sentiam-se a uma possível mudança do regime vigente no país.

[1] Cf. Cunha (2007, p. 177) sobre o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em 1961, na Universidade temário foi elaborado com os tópicos: “(1) O exame vestibular, o programa e o currículo, o sistema de aprovação; (2) A da universidade, a participação do corpo discente na administração da universidade, a autonomia da universidade; (3) funcionamento: instalações, salas de aula etc., pesquisa; (4) Realidade brasileira, mercado de trabalho; (5) Corpo do vitalícia tempo integral; (6) Função da universidade.

[1] Cf. Cunha (2007, p. 190) sobre o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em Curitiba, em participação de 150 estudantes, depois de intensa mobilização nacional” e discussões sobre os temas: “ análise da unive ponto de vista estrutural, (duas comissões); (2) do ponto de vista regional; (3) do ponto de vista cultural; (4) do político-social; e (5) teorização da universidade”.

[1] Os golpistas costumavam denominar o golpe de Estado de 64 de “revolução”.

Aluna do curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Universidade Federal de Goiás. E-mail: silvanabollis@gmail.com

Recebido em: 14/05/2015

Aprovado em: 26/05/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: